



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE





Reforma Tributária

Fiscalização e Transição

Márcio Schuch Silveira

Presidente do CRCRS

Integrante do Grupo de Trabalho do CFC criado para analisar a Reforma Tributária



Princípios da Tributação

Art. 145, § 3º, CF

O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da:

- ☐ **Simplicidade**
- ☐ **Transparência**
- ☐ Justiça tributária
- ☐ **Cooperação**
- ☐ Defesa do meio ambiente.



Simplicidade

Constituição Federal

Art. 149-B. Os tributos previstos nos arts. 156-A (IBS) e 195, V, (CBS) **observarão as mesmas regras** em relação a:

- I. - **fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos;**
- II. - imunidades;
- III. - regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação;
- IV. - regras de não cumulatividade e de creditamento.

Ponto 1:

Princípio da Simplicidade

X

Federalismo e IVA Dual



Tributação no Destino: 5.570 possibilidades

CAPÍTULO III

DA FISCALIZAÇÃO E DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO

Seção I

Da Competência para Fiscalizar

Art. 323. A fiscalização do cumprimento das obrigações principais e acessórias, bem como a constituição do crédito tributário relativo:

- I - à CBS compete ao **Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil**;
- II - ao IBS compete às **autoridades fiscais integrantes das administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**.

Exemplo de dificuldades na interpretação da mesma legislação por áreas distintas do mesmo órgão de fiscalização, no caso do IBS e CBS teremos entes distintos da federação interpretando a mesma legislação.

Solução de Consulta da RFB

Solução de Divergência



Soluções de Consultas e de Divergências

Publicado em 27/04/2016 20h09 | Atualizado em 20/06/2021 20h38

Cor

Acervos

- [Ementário de atos decisórios](#)

Acervo com cerca de 35.000 ementas de soluções de consultas e soluções de divergência.

- [Sistema padrão de pesquisas da legislação da Receita Federal](#)

Acervo com cerca de 11.000 soluções de consultas e soluções de divergência.

Além das ementas, encontre aqui o texto integral de alguns atos, como as Soluções de Consulta emitidas pela Coordenação-C data de vigência da [Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013](#).

Solução de Divergência nº 2 - Cosit

Data 7 de março de 2019

Processo

Interessado

CNPJ/CPF

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS SOFTWARE. PAGAMENTO, CRÉDITO, ENTREGA, EMPREGO OU REMESSA PARA O EXTERIOR. ROYALTIES. TRIBUTAÇÃO.

2. Foram apresentadas como soluções de consulta favoráveis à exigência, sob o entendimento que tal ato equivaleria à importação de serviços, as seguintes soluções:

- a) Solução de Consulta SRRF04/Disit nº 50, de 2006;
- b) Solução de Consulta SRRF07/Disit nº 236, de 2007;
- c) Solução de Consulta SRRF07/Disit nº 76, de 2008;
- d) Solução de Consulta SRRF08/Disit nº 152, de 2005;
- e) Solução de Consulta SRRF08/Disit nº 46, de 2007.

3. Com entendimento contrário, no sentido da não exigência das referidas contribuições quando do pagamento, creditamento, emprego ou remessa de valores relativos à remuneração dos direitos de autor relativos a programas de computador, por entender que tal ato não representaria importação de serviços, foram elencadas as Soluções de Consulta **SRRF06 nº 343**, de 29 de novembro de 2005, **nº 159**, de 19 de setembro de 2008, **SRRF08 nº 357**, de 23 de julho de 2007, **SRRF08 nº 412**, de 23 de agosto de 2007, e **SRRF09 nº 13**, de 19 de janeiro de 2009.

❑ Cooperação

Art. 324. A RFB e as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - **poderão** utilizar em seus respectivos lançamentos **as fundamentações** e provas decorrentes do processo administrativo de lançamento de ofício efetuado por outro ente federativo;

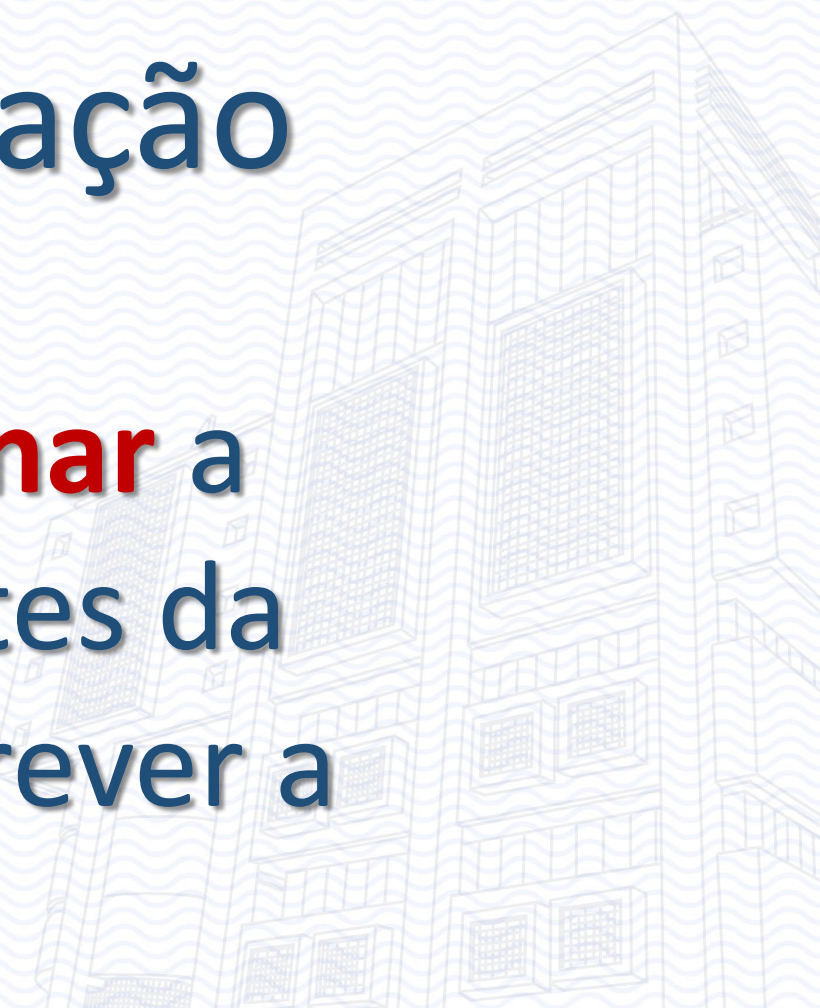
Art. 325. A RFB e as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **poderão** celebrar convênio para delegação recíproca da atividade de fiscalização do IBS e da CBS nos processos fiscais de pequeno valor, assim considerados aqueles cujo lançamento não supere limite único estabelecido no regulamento.

Art. 326. O Ministério da Fazenda e o Comitê Gestor do IBS **poderão** celebrar convênio para delegação recíproca do julgamento do contencioso administrativo relativo ao lançamento de ofício do IBS e da CBS efetuado nos termos do art. 325.

Ponto 2:

Princípio da Cooperação

O PLP 68 deve **determinar** a cooperação entre os entes da federação, não apenas prever a possibilidade.



Como?

Art. 324. A RFB e as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - **compartilharão**, em um mesmo ambiente, **os registros do início e do resultado das fiscalizações** da CBS e do IBS.

§ 1º O ambiente a que se refere o inciso II do caput **terá gestão compartilhada entre o Comitê Gestor do IBS e a RFB.**

Fiscalização

Seção II - Da Fiscalização e do Procedimento Fiscal

Art. 327. O procedimento fiscal tem início com:

I - a ciência do sujeito passivo, seu representante ou preposto, do primeiro ato de ofício, praticado por **Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil OU por autoridade fiscal das administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, tendente à apuração de obrigação tributária ou infração;

Proposta:

§ 3º A autoridade fiscal deverá consultar o ambiente previsto no artigo 324, inciso II, a fim de identificar se houve procedimento fiscal por outro ente da federação relativo ao mesmo período e fatos econômicos, caso já tenha ocorrido, deverá inicialmente apresentar a fundamentação que justifique novo procedimento, e não a utilização dos resultados do procedimento compartilhado.

Lançamento

Seção III - Do Lançamento de Ofício

Art. 329. Para a constituição do crédito tributário decorrente de procedimento fiscal, por lançamento de ofício, o **Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil OU a autoridade fiscal das administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios** deverão lavrar auto de infração.

Proposta:

§ 3º A autoridade fiscal deverá consultar o ambiente previsto no artigo 324, inciso II, a fim de identificar se houve lançamento de ofício de outro tributo de responsabilidade de ente da federação distinto, relativo ao mesmo período e aos mesmos fatos econômicos. Caso identificado, deverá, antes de efetuar novo lançamento, verificar se existe divergência de entendimentos entre os entes a respeito da legislação aplicada.

§ 4º Não poderá ser efetuado lançamento de ofício com base em interpretações divergentes da mesma legislação.

Ponto 3:

Ausência de Incentivos à Conformidade

Proposta:

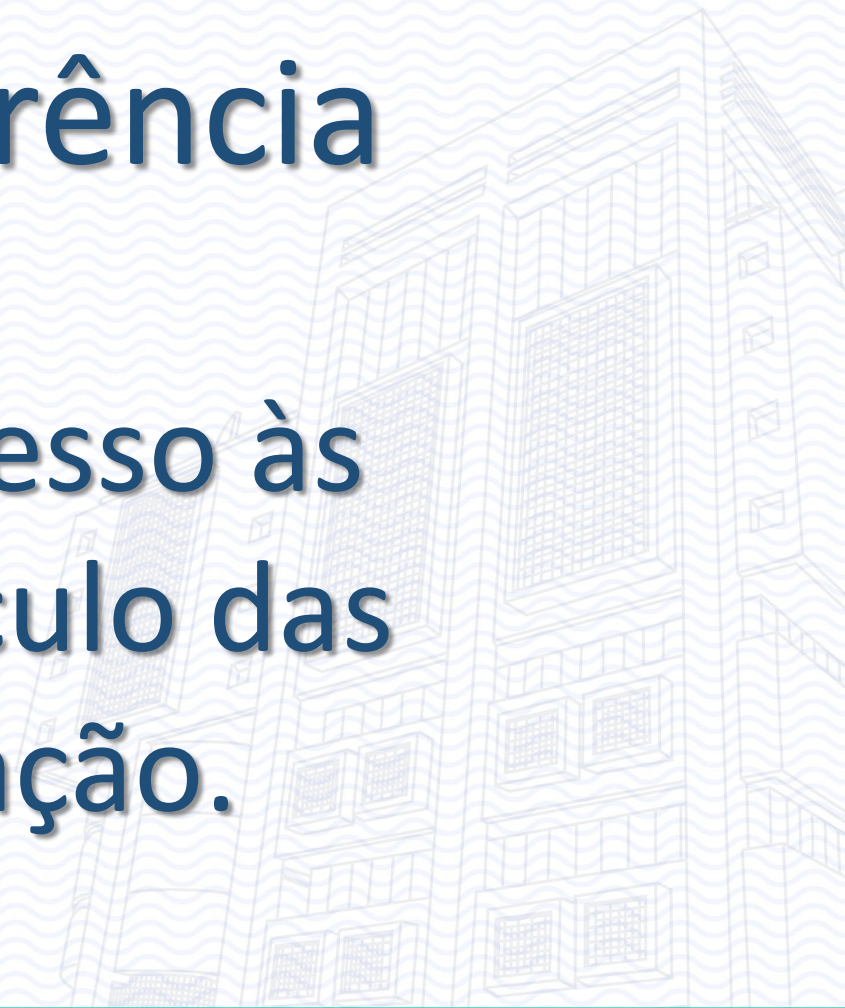
Art. 328-A. Os contribuintes com histórico de cumprimento das obrigações fiscais deverão ter procedimento fiscal simplificado, com ações iniciais de incentivo à autorregulização.

Art. 328-B. Deverá ser desenvolvido, pelo Comitê Gestor do IBS e pela RFB, um programa de classificação dos contribuintes para identificar o nível de aderência à conformidade.

Ponto 4:

Princípio da Transparência

A sociedade deve ter acesso às informações sobre o cálculo das alíquotas e a arrecadação.



TÍTULO VIII -DA TRANSIÇÃO PARA O IBS E PARA A CBS
CAPÍTULO I - DA FIXAÇÃO DAS ALÍQUOTAS DURANTE A TRANSIÇÃO

Seção IV - Da Fixação das Alíquotas de Referência de 2027 a 2035

Subseção I - Disposições Gerais

Art. 348. Observadas a forma de cálculo e os limites previstos nesta Seção, resolução do Senado Federal fixará:

§ 1º As alíquotas de referência e o redutor de que trata o inciso III do caput serão fixados no ano anterior ao de sua vigência, **com base em cálculos realizados pelo Tribunal de Contas da União**, observado o seguinte:

Subseção II - Da Receita de Referência

Art. 349. Na elaboração dos cálculos para a fixação das alíquotas de referência entende-se por:

Proposta:

Art. 343-A. A base de dados para os cálculos atribuídos ao Tribunal de Contas da União, nos termos do § 1º do artigo 348, será disponibilizada em portal para acesso à sociedade, no padrão de dados abertos.

Art. 343-B. O Comitê Gestor do IBS e a RFB deverão divulgar, com periodicidade mensal, a Receita de Referência prevista no artigo 349.

Compromisso dos Profissionais da Contabilidade com a Sociedade

Muito Obrigado!

Márcio Schuch Silveira

Presidente do CRCRS

Integrante do Grupo de Trabalho do CFC

